

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Formação Inicial para o Cargo de Especialista em Políticas
Públicas e Gestão Governamental (EPPGG)



enara



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Formação Inicial para o Cargo de Especialista em Políticas
Públicas e Gestão Governamental (EPPGG)**

18ª edição

Escola Nacional de Administração Pública - Enap

SAIS - Área 2-A | CEP: 70610-900 | Brasília - DF

Telefone: (61) 2020-3000

Esther Dweck

Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Betânia Lemos

Presidenta da Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Educação Executiva

Carolina Pereira Tokarski

Coordenadora-Geral de Formação de Carreiras

Paula Cristina Mortari da Costa

Coordenadora-Geral de Aperfeiçoamento para Carreiras

Danielle Chalub Martins

Coordenadora do Curso de Formação Inicial para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Michelle G. Morais de Sá e Silva

Curadora do curso

Janaina Angelina Teixeira

Liliane Campos Machado

Curadoras Pedagógicas

Diagramação: **Ana Carla Gualberto Cardoso**

Revisão: **Ludmila Bravin**

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

P96495 Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
Projeto pedagógico do curso formação inicial para o cargo de especialista em políticas públicas e gestão governamental – EPPGG / Escola Nacional de Administração Pública. – 18 ed. -- Brasília: Enap, 2025.

27 f.: il.

Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas 2. Inovação no setor público. 3. Servidor público 4. Capacitação profissional.

CDD 320.6

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA CAPACITAÇÃO	7
1. APRESENTAÇÃO	8
1.1. Contexto	8
1.2. Justificativa	8
2. OBJETIVOS DO CURSO	10
2.1. Objetivo geral.....	10
2.2. Objetivos específicos.....	10
3. MATRIZ CURRICULAR	11
4. COMPETÊNCIAS.....	13
4.1. Competências Transversais	13
4.2. Competências Específicas	16
5. CARGA HORÁRIA	19
6. LABORATÓRIO DE CASO	20
7. METODOLOGIAS DE ENSINO.....	21
8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	22
8.1 Avaliação da Aprendizagem.....	22
8.2 Avaliação institucional do curso.....	22
9. CERTIFICADO DE PÓS- GRADUAÇÃO LATO SENSU	23
10. INFRAESTRUTURA.....	23
11. PERÍODO DE REALIZAÇÃO E JORNADA DE ATIVIDADES	23
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

IDENTIFICAÇÃO DA CAPACITAÇÃO

Título

Curso de formação inicial para o cargo de **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**.

Demandante

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Objetivo geral da formação inicial de carreiras

Promover conhecimentos especializados para execução de atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como assim de direção e assessoramento em escalões superiores da administração direta e autárquica (Lei nº 8.834/1989), orientados por valores democráticos, éticos, com visão sistêmica, princípios de direitos humanos, equidade, sustentabilidade, inclusão e foco nos resultados para o cidadão.

Objetivo geral do curso

Desenvolver capacidades e competências profissionais de futuros servidores públicos federais que, após a finalização do curso de formação, referente aos candidatos aos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, estarão habilitados para atuar no desenvolvimento e na gestão de políticas públicas no âmbito do governo federal.



1. APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar as diretrizes formativas que irão nortear o desenvolvimento do curso de formação inicial para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) apresenta contexto, justificativa, objetivos, matriz curricular, competências transversais e específicas, carga horária, metodologia, caracterização das disciplinas, proposta metodológica do laboratórios de caso e metodologia de avaliação.

1.1. Contexto

O curso de Formação Inicial tem caráter classificatório e eliminatório e compõe etapa do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), regido pelo Edital nº 01/2024, de 10 de janeiro de 2024.

A formação é a 3ª etapa do concurso para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), sob responsabilidade da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

A Coordenação-Geral de Formação de Carreiras (CGFOCAR), no âmbito da Diretoria de Educação Executiva (DEX), conforme suas atribuições descritas no Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, tem a competência de planejar, gerenciar e executar atividades relativas à formação inicial, inclusive as que compõem etapas de concurso público.

As atribuições do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), estão descritas na Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, conforme a seguir:

Art. 1º É criada a Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão

Governamental e novecentos e sessenta cargos respectivos de provimento efetivo, para execução de atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem assim de direção e assessoramento em escalões superiores da Administração Direta e Autárquica.

A carreira foi regulamentada pelo Decreto nº 5.176 de 10 de agosto de 2004.

A Secretaria de Gestão e Inovação (Seges), que integra a estrutura organizacional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, é responsável pela supervisão da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, conforme o Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024.

A proposta do curso deve conectar teorias de Administração Pública com a prática relacionada aos processos de políticas públicas. Os conteúdos das disciplinas e o perfil dos docentes foram pensados de maneira a aliar a metodologia de estudos de casos e conhecimentos aplicados de políticas públicas.

O curso de formação inicial será reconhecido como especialização

pós-graduação lato sensu. O corpo docente deve aliar a experiência profissional em governo ao conhecimento formal e produção acadêmica. Assim, priorizam-se pessoas com experiência nas áreas de administração pública, ciência política, economia e políticas públicas, com formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado, além da prática de docência em cursos de formação profissional no âmbito do governo federal.

1.2. Justificativa

Este projeto pedagógico se insere no contexto de aprimoramento das estratégias de qualificação no serviço público e pressupõe o reconhecimento do dinamismo e da complexidade do funcionamento da sociedade, economia e, principalmente, do aparato estatal, que exigem uma burocracia profissional com capacidades de compreensão e reflexão crítica dessas circunstâncias e de suas implicações, como também de aplicabilidade de instrumentos de gestão e de políticas públicas eficazes para a criação de valor público.

A criação da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental integra o processo de fortalecimento institucional do Estado brasileiro pós-redemocratização. A carreira tem sua centralidade na política pública e no adequado funcionamento da administração federal.

Desde a sua criação, a carreira se expandiu e, destacadamente, consolidou-se como um corpo de servidores reconhecidos por sua excelência, profissionalismo, compromisso e dedicação. Os chamados “gestores federais” estão hoje lotados por toda a estrutura da administração federal direta e indireta, estando alguns cedidos aos Poderes Legislativo e Judiciário, além de governos estaduais e municipais. A carreira de gestores federais tem natureza ampla e busca servir à multiplicidade de demandas, necessidades e prioridades encontradas no governo federal como reflexo dos desafios complexos enfrentados pelo Brasil, desde as suas dívidas históricas até as incertezas e riscos futuros.

Como ethos público, a formação tem a preocupação em garantir de forma transversalizada a importância de princípios de ordem superior, como constitucionalismo, cidadania, interesse público, equidade social e justiça, bem como a preocupação com a conservação da integridade do Estado Democrático de Direito.

Portanto, a formação de recentes integrantes da carreira deve envolver o desenvolvimento de uma pluralidade de competências que serão mobilizadas ao longo de sua vida funcional. Esta formação deve estar sustentada pelos pilares estratégicos da democracia, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da diversidade e dos direitos humanos, conforme os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e conforme estabelecido na Constituição Federal.



2. OBJETIVOS DO CURSO

2.1. Objetivo geral

Desenvolver capacidades e competências profissionais de futuros servidores públicos federais que, após a finalização do curso de formação, referente aos candidatos aos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, estarão habilitados para atuar no desenvolvimento e na gestão de políticas públicas no âmbito do governo federal.

2.2. Objetivos específicos

1. Conhecer os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão para o serviço público.
2. Desenvolver conhecimentos orientados a análise de problemas, desenvolvimento de soluções e produção de serviços públicos.
3. Desenvolver competências para a gestão das políticas públicas.
4. Desenvolver habilidades relacionadas ao uso de instrumentos para a Administração Pública.
5. Conhecer práticas inovadoras para a implementação das políticas públicas.



3. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular específica do curso de formação é composta por um laboratório de caso e 04 (quatro) eixos organizados conforme o quadro a seguir:

EIXO 1	Disciplinas	Carga horária
Estado, democracia e cidadania 136h	Seminário de Abertura	
	Estado Democrático	20h
	Burocracia e Ethos Público	20h
	Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	20h
	Desenvolvimento socioeconômico	12h
	Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública	12h
	Governança e Governabilidade	20h
	Governo Digital	16h
	Comunicação Pública e os Desafios Contemporâneos	8h
	Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público	8h

EIXO 2	Disciplinas	Carga horária
Políticas Públicas 100h	Processo Decisório e Agenda de Políticas Públicas	20h
	Políticas Públicas Informadas por Evidências	20h
	Análise de Políticas e Programas Públicos	20h
	Implementação de Políticas Públicas	20h
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	20h



EIXO 3	Disciplinas	Carga horária
Gestão Pública e Governança 128h	Coordenação Intersetorial e Federativa de Políticas Públicas	20h
	Participação Social e Políticas Públicas	20h
	Regulação e Relações entre Estado e Mercado	20h
	Planejamento, Estratégia e Cenários	28h
	Transparência, Integridade e Controle	20h
	Orçamento público e custeio de direitos fundamentais	20h

EIXO 4	Disciplinas	Carga horária
Estados do Futuro 80h	Políticas Públicas para Redução das Desigualdades	20h
	Políticas Públicas para Sustentabilidade	20h
	Inovação no Setor Público	20h
	Setor Público Orientado por Missões	20h

Laboratório de Caso	Carga horária
Aplicação da metodologia Aprendizagem Baseada em Problemas (<i>Problem Based Learning - PBL</i>)	40h

Conteúdo Complementar	Carga horária
Atividades conexas	60h
Palestras estratégicas	36h

Carga horária total do curso: 580h



4. COMPETÊNCIAS

4.1. Competências Transversais

Compreende-se por competências transversais o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício da função pública, que contribuem para a efetividade dos progressos de trabalho em diferentes contextos organizacionais” (Enap, 2021, p. 5).

Com base em estudos realizados em parceria com a OCDE, a Enap instituiu um conjunto com oito competências transversais para um setor público de alto desempenho a serem desenvolvidos em suas formações de servidores. A saber:

- 1. Resolução de problemas com base em dados** - capacidade de idear soluções inovadoras e efetivas para problemas de baixa, média ou elevada complexidade com a utilização de dados (numéricos e não numéricos) e evidências que aumentem a precisão e viabilidade das soluções.
- 2. Foco nos resultados para o cidadão** - capacidade de superar o desempenho padrão e apresentar soluções alinhadas ao cumprimento de metas e ao alcance dos objetivos estratégicos das organizações públicas para garantir o atendimento das necessidades dos usuários e dos cidadãos.
- 3. Mentalidade digital** - capacidade de integrar as tecnologias digitais com os modelos de gestão; os processos de tomada de decisão e geração de produtos e serviços; e os meios de comunicação interna, externa e de relacionamento com usuários.
- 4. Comunicação** - capacidade de escutar, indagar e expressar conceitos e ideias nos momentos apropriados e de forma efetiva, garantindo uma dinâmica produtiva das interações internas e externas.
- 5. Trabalho em equipe** - capacidade de colaborar e cooperar em atividades desenvolvidas coletivamente para atingir metas compartilhadas e de compreender a repercussão de suas ações para o êxito ou alcance dos objetivos estabelecidos pelo grupo.
- 6. Ética e integridade pública** - capacidade de agir de forma refletida e consciente, nas relações profissionais e interpessoais, considerando princípios e valores que priorizem o interesse público.
- 7. Visão sistêmica** - capacidade de identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional. Marcos esses que podem impactar os processos decisórios e a gestão de programas e projetos no âmbito do setor público.
- 8. Diversidade e Inclusão** - capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade de características, identidades, vivências e perspectivas de pessoas e grupos, criando ambientes de trabalho nos quais todos sejam acolhidos em suas singularidades e contribuindo para a geração de serviços públicos inclusivos.

(Fonte: Instrução Normativa SGP-ENAP/ MGI nº 11, de 27 de março de 2024)

Para desenvolver as competências transversais para um setor público de alto desempenho e desenvolver o ethos público democrático desejável para um Estado fortalecido, o **Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania**, basilar para a formação inicial, é proposto como currículo transversal a todas as carreiras de formação inicial realizadas pela Enap. As disciplinas desenvolvem competências essenciais a todas as pessoas servidoras da Administração Federal. Trata-se de competências basilares para uma atuação comprometida e consciente por futuros agentes do Estado que servirão à cidadania brasileira.

EIXO 1 - Estado, democracia e cidadania

Competência Geral: assistir à tomada de decisão e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, garantindo os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão.

Disciplina: Estado Democrático (20h)

Competência: exercer a função pública observando os fundamentos do Estado Democrático de Direito e buscando garantir o estado de bem-estar social.

Ementa: democracia na contemporaneidade; formação do Estado Brasileiro; redemocratização e o Estado garantidor de direitos; crises da democracia e da cidadania social; relações entre Estado e sociedade sob a perspectiva da ampliação do bem-estar social.

Disciplina: Burocracia e Ethos Público (20h)

Competência: servir o Estado brasileiro respeitando os preceitos de um ethos burocrático democrático.

Ementa: história da concepção e papel da burocracia; funções da burocracia na democracia; papéis da burocracia nas políticas públicas; relação entre políticos e burocratas; ethos burocrático democrático; ética do servir e integridade; representação burocrática; experiência internacional da burocracia, o tamanho do setor público em perspectiva comparada.

Disciplina: Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil (20h)

Competência: reconhecer as origens históricas e as dimensões estruturais que condicionam e reproduzem as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia no Brasil, atuando no serviço público contemplando as várias dimensões da diversidade que marcam

a população, bem como mobilizando diversos mecanismos para mitigar e reverter essas situações.

Ementa: a desigualdade, sob perspectiva histórica; aspectos estruturais da estratificação social: educação, mobilidade social e renda; abordagem multidimensional das desigualdades: raça, gênero e suas intersecções com outros marcadores de vulnerabilidade; aspectos não econômicos da desigualdade: modo de vida e trajetórias, visões de mundo, e perspectivas de grupos sociais que sofrem discriminação e apagamento por etnia, gênero, raça, orientação sexual identidade de gênero e deficiência.

Disciplina: Desenvolvimento Socioeconômico (12h)

Competência: contribuir para ações do Estado que permitam o alcance do desenvolvimento como projeto nacional e como compromisso internacional assumido pelo Brasil.

Ementa: desenvolvimento em perspectiva histórica e modelos comparados de desenvolvimento; desenvolvimento como projeto nacional; desenvolvimento como modernidade e crescimento econômico; neoliberalismo e ajuste estrutural; desenvolvimento como liberdade e o conceito de desenvolvimento humano.

Disciplina: Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública (12h)

Competência: reconhecer a crise climática como uma condição prioritária de influência sobre a

formulação e implementação de políticas públicas, identificar os principais fatores que levam à mudança climática observada e futura, refletindo sobre o papel do Brasil na mitigação dos gases de efeito estufa e as necessidades de adaptação das atividades produtivas e da infraestrutura, em especial para populações vulnerabilizadas.

Ementa: fatores físicos da mudança do clima; mitigação e adaptação à mudança do clima; governança climática nacional e internacional; políticas públicas nacionais e subnacionais; exemplos de impactos e da resposta do setor público aos desastres ambientais no Brasil.

Disciplina: Governança e Governabilidade (20h)

Competência: atuar no serviço público compreendendo a separação entre Poderes, as complexidades da divisão de competências e receitas entre entes federados e as particularidades do sistema político brasileiro.

Ementa: governança; separação entre Poderes; Federalismo; desafios para a atuação no Executivo Federal; Presidencialismo de coalizão; relação entre Executivo e Legislativo na construção de políticas; pactuação para o orçamento público e emendas parlamentares; papel do Judiciário, Ministério Público, Controle Externo e Sociedade Civil.

Disciplina: Governo Digital (16h)

Competência: compreender a relevância de incorporar ferramentas de governo digital nas rotinas e processos de trabalho, potencializando



o alcance da transformação digital nos serviços públicos.

Ementa: transformação digital no serviço público; infraestrutura de dados; privacidade e segurança da informação; proteção de dados; identidade digital; inclusão e exclusão digital; plataformas de serviços públicos com foco no cidadão; Inteligência Artificial; inovação no serviço público por meio de soluções digitais.

Disciplina: Comunicação Pública: ética, responsabilidade, diversidade e inclusão (8h)

Competência: compreender a comunicação pública, sua construção e princípios como ferramenta de governo para um posicionamento crítico diante dos desafios contemporâneos.

Ementa: conceitos e histórico da comunicação de governo no Brasil; direito à informação e a comunicação pública; princípios básicos da comunicação pública; desafios contemporâneos: linguagem e meios de comunicação do governo; infodemia e desinformação; limites éticos de *clickbait*s; sensacionalismo e polecismo; a reprodução de estereótipos de gênero e raça; Análise Crítica do Discurso.

Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público (8h)

Competência: atuar no serviço público de forma ética respeitando a legislação e a política de enfrentamento ao assédio moral, sexual e à discriminação.

Ementa: conceitos de assédio moral e sexual e discriminação; tipologias de violências no trabalho, considerando gênero e raça com perspectiva interseccional; matriz de gravidade de condutas violadoras; impacto das condutas de assédio e discriminação no trabalho e na integridade física e psicológica das pessoas; bases jurídicas do Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação; protocolo de denúncias para vítimas e gestores públicos.



4.2. Competências Específicas

As competências específicas que dizem respeito às atribuições do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental estão voltadas à formação de servidores e servidoras que sejam capazes de atuar dentro da multiplicidade de órgãos que compõem o Poder Executivo Federal, sempre considerando seu papel para a preservação e a promoção da democracia, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da diversidade e dos direitos humanos. Essas competências estão divididas em três eixos, conforme os alicerces identificados na proposta curricular que informa curricularmente este PPC.

O **Eixo 2 - Políticas Públicas** apresenta os conhecimentos, ferramentas e debates sobre formulação, desenho, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, desenvolvendo o senso crítico e analítico para a incorporação da interseccionalidade de gênero, raça, etnia, capacitismo e outros nas políticas.

EIXO 2 - Políticas Públicas

Competência Geral: contribuir para a gestão das políticas e dos serviços públicos buscando sua acessibilidade, efetividade e qualidade.

Disciplina: Processo Decisório e Agenda de Políticas Públicas (20h)

Competência: assessorar a tomada de decisões a partir da identificação, caracterização e análise de problemas que demandam a ação pública por

meio de políticas públicas.

Ementa: problema de políticas públicas: conceito e construção; árvore de problemas e construção do problema de políticas públicas; problemas de políticas públicas e a agenda decisória; soluções para problemas de políticas públicas e o modelo da “lata de lixo”; agenda decisória e o sistema macropolítico; reforma e as várias abordagens para entender mudanças em políticas públicas.

Disciplina: Políticas Públicas Informadas por Evidências (20h)

Competência: buscar, produzir e considerar as melhores evidências disponíveis para o desenvolvimento das políticas públicas.

Ementa: análise de casos concretos, conceitos, aplicações e desafios ao movimento das Políticas Públicas Informadas por Evidências; limitações e críticas à Política Pública baseada em evidência; diferentes tipos de fontes informacionais e de usos em contextos de produção de políticas públicas; processo de absorção de evidências nas diferentes fases da política; capacidades organizacionais e individuais na utilização de evidências; *policy advice*; institucionalização do uso de evidências nas organizações estatais.

Disciplina: Análise de Políticas e Programas Públicos (20h)

Competência: analisar a Política Pública considerando seu contexto e compreendendo sua lógica de

funcionamento para ajuste dos melhores recursos na sua prospecção.

Ementa: fundamentos teóricos e práticos da análise de políticas e programas públicos, abordando seus conceitos, métodos e ferramentas; o contexto institucional dos atores e seus interesses; Estratégia de implementação e focalização. Impacto orçamentário-financeiro e análise custo-benefício. Construção de bases para monitoramento e avaliação.

Disciplina: Implementação de Políticas Públicas (20h)

Competência: compreender a implementação de políticas públicas observando as questões críticas pertinentes à temática.

Ementa: conceitos e teorias sobre implementação; elementos do processo de implementação de políticas públicas; desafios para a implementação de políticas públicas no Brasil.

Disciplina: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (20h)

Competência: conceber processos de monitoramento e avaliação de políticas, executando tais processos.

Ementa: conceitos e modelos de monitoramento e avaliação de políticas públicas; avaliação *ex ante* e *ex post*; avaliação de efetividade e avaliação de impacto.



O **Eixo 3** – Gestão Pública e Governança apresenta os conhecimentos, ferramentas e debates sobre a governança e a gestão das políticas públicas, trazendo o debate da coordenação interfederativa e intersetorial, participação social e regulação, além de discussões sobre a administração pública federal.

EIXO 3 - Gestão Pública e Governança

Competência Geral: atuar no serviço público federal compreendendo os diversos atores políticos, econômicos e sociais e os variados arranjos de coordenação, regulação e governança

Disciplina: Coordenação Intersetorial e Federativa de Políticas Públicas (20h)

Competência: trabalhar em colaboração com representantes de governos subnacionais e de outros órgãos, garantindo a transversalidade das ações e a atuação coordenada no território com foco no usuário.

Ementa: conceitos de Federalismo, relações intergovernamentais e cooperação federativa; especificidades e transformações recentes do Federalismo Brasileiro; instrumentos de coordenação governamental; arranjos institucionais para o alcance das políticas públicas no território e as desigualdades nas capacidades estatais de estados e municípios; desafios da governança multinível e da implementação de Políticas Inter e Intragovernamentais; coordenação governamental para a solução de problemas complexos; coordenação governamental e gestão de crises; o papel do Centro de Governo.

Disciplina: Participação Social e Políticas Públicas (20h)

Competência: reconhecer o valor democrático da participação social garantindo a participação como método de governo.

Ementa: relações Estado-sociedade; participação e movimentos sociais; institucionalização da participação social nas políticas públicas; comitês, comissões, conselhos e conferências; mecanismos de colaboração Estado-sociedade civil; fortalecimento da sociedade civil organizada para a cidadania; tecnologia e inovação para a participação social.

Disciplina: Regulação e Relações entre Estado e Mercado (20h)

Competência: compreender os mecanismos de regulação da atividade econômica situando-os no marco das relações entre Estado e mercado com vistas à promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Ementa: parcerias entre Estado e mercado; concessões e PPPs; modelos de regulação da atividade econômica; agências reguladoras no Brasil; falhas regulatórias; incentivos fiscais e subsídios; investimento estatal; regulações internacionais; atividades econômicas para o desenvolvimento sustentável.

Disciplina: Planejamento, Estratégia e Cenários (20h)

Competência: desenhar futuros alternativos e possíveis cenários para a formulação e execução de estratégias em ambientes complexos e dinâmicos, visando ao alcance de objetivos e

resultados da agenda governamental.

Ementa: elaboração da dimensão estratégica do planejamento governamental; instrumentos e métodos de planejamento de curto, médio e longo prazo; construção de planejamento por cenários; elaboração de estratégia e indicadores de desempenho estratégico; estratégias em ambientes complexos e dinâmicos (compreensão da importância do tratamento setorial e multissetorial) em horizontes integrados de curto, médio e longo prazo.

Disciplina: Transparência, Integridade e Controle (20h)

Competência: exercer a função pública atendendo aos princípios e requisitos para a garantia da transparência e da integridade, incorporando práticas que viabilizem os processos de controle.

Ementa: governo aberto; Lei de Acesso à Informação; transparência ativa; integridade no serviço público; órgãos de controle, funções e formas de atuação; *compliance*; corrupção.

Disciplina: Orçamento Público e Custeio de Direitos Fundamentais (20h)

Competência: compreender o objeto e conteúdos básicos do Orçamento Público, considerando-o como meio instrumental de equalização entre as finanças públicas e as atribuições constitucionais do Estado brasileiro, em prol da máxima eficácia dos direitos fundamentais.

Ementa: noções introdutórias; princípios constitucionais; ciclo



orçamentário: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA-LDO-LOA); elaboração, coordenação, execução e controle das leis do ciclo orçamentário; receitas e despesas públicas à luz da Lei nº 4320/1964, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e do Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar nº 200/2023); relação de instrumentalidade entre arrecadação estatal e o tamanho constitucionalmente necessário do Estado brasileiro, identificado, em especial, a partir dos programas de duração continuada do PPA e das despesas não suscetíveis de contingenciamento da LDO; planejamento como eixo de ordenação legítima das prioridades inscritas nas leis orçamentárias; garantias constitucionais de custeio dos direitos fundamentais: receitas vinculadas, pisos em saúde e educação, Orçamento da Seguridade Social, fundos e instrumentos congêneres; Federalismo Fiscal e responsabilidade solidária pela consecução de serviços públicos essenciais; desafio de internalização no ciclo orçamentário brasileiro do custeio da Agenda 2030.

Atividades Conexas

As atividades conexas tem como objetivo apresentar diversas práticas inovadoras da gestão pública, que colaboram para a transformação do Estado.

O Eixo 4 – Estados do Futuro apresenta o debate de temas estratégicos e inovadores para o governo, com uma perspectiva internacional.

EIXO 4 - Estados do Futuro

Competência Geral: dedicar-se à compreensão e utilização dos mais recentes métodos e ferramentas de inovação, comunicação, transparência e finanças públicas, buscando endereçar diretamente os desafios colocados para o Estado no contexto da pós-pandemia, da pós-verdade e da revolução digital.

Disciplina: Políticas Públicas para a Redução das Desigualdades (20h)

Competência: trabalhar para que as políticas públicas federais reduzam as desigualdades existentes, reconhecendo o risco de que elas também possam reproduzir desigualdades estruturais.

Ementa: políticas públicas e a redução das desigualdades; educação, pobreza e desigualdade de renda; redes de proteção social; biodiversidade e sustentabilidade; desigualdade racial; desigualdade de gênero; saúde pública; política trabalhista; política fiscal.

Disciplina: Políticas Públicas para Sustentabilidade (20h)

Competência: reconhecer a mudança do clima como desafio para a gestão pública, enfocando a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das suas causas e consequências, assim como a sua transversalidade na agenda do desenvolvimento para a construção de um futuro sustentável para o país, considerando as

diversidades de gênero, raça e etnias.

Ementa: mudança do clima e suas bases científicas; governança climática internacional (Convenção do Clima; Conferência das Partes; Protocolo de Quioto; Acordo de Paris); enfrentamento da mudança climática: agenda da adaptação e da mitigação; cenários de mudança climática na realidade brasileira e seus desafios para a gestão pública, incluindo questões relacionadas a eventos climáticos extremos, disponibilidade de recursos hídricos, conservação da biodiversidade e transição energética; economia verde; justiça climática; Programa de Aceleração do Crescimento Sustentável (novo PAC).

Disciplina: Inovação no Setor Público (20h)

Competência: ser capaz de aplicar metodologias de inovação tendo em vista as especificidades do setor público.

Ementa: inovação como método de governo; design thinking; co-criação; lógica de interação; métodos ágeis; aprendizagem a partir do erro; jornada do usuário; competências para a insurgência.

Disciplina: Setor Público Orientado por Missões (20h)

Competência: pensar de maneira estratégica e orientada para grandes objetivos, analisando e compreendendo os problemas complexos com que se depara a sociedade.



Ementa: conceito e design de política de inovação orientada para missões; instrumentos de política e mecanismos de governança; capacidades dinâmicas e adaptativas; melhores práticas e estudos de caso; monitoramento e avaliação de política de inovação orientada para missões.

A visita de campo terá como propósito aproximar os participantes da realidade dos órgãos e equipes federais, além disso seguirá a prática consolidada pela Enap na organização de experiências semelhantes em cursos de formação anteriores. Os participantes serão divididos em grupos e serão recebidos por equipes ministeriais previamente identificadas e preparadas pela Enap. A seleção dos

locais de visita poderá ser feita com foco em programas/políticas ou com foco em problemas.

As visitas de campo serão precedidas por atividades preparatórias e de orientação e serão seguidas por um momento de devolutiva em que os grupos apresentarão seus relatórios para as equipes que os acolheram, assim como para os seus pares.



5. CARGA HORÁRIA

Carreira/Cargo	Carga horária	Nº de semanas	Distribuição de carga horária por atividade	Condição de oferta
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	580h	18 semanas	136h - Disciplinas do eixo basilar 308h - Disciplinas específicas. 40h - Laboratório de casos em PBL (atividade interdisciplinar) 36h - Palestras 60h - Atividades Conexas	Etapa de concurso

6. LABORATÓRIO DE CASO

O Laboratório de Casos, norteado pela metodologia de *Problem-Based Learning - PBL* (Aprendizagem Baseada em Problemas), constitui-se como uma alternativa metodológica voltada ao desenvolvimento de aprendizagens significativas e à superação da prevalência de aulas expositivas tradicionais. Nesse contexto, o professor assume o papel de facilitador da aprendizagem, orientando, acompanhando e supervisionando os estudos das pessoas candidatas, em vez de atuar apenas como transmissor de conhecimento.

O PBL tem como princípio central o protagonismo da pessoa candidata, que é desafiada a enfrentar situações reais ou simuladas, apresentadas sob a forma de problemas. A aprendizagem inicia-se, portanto, a partir de um problema contextualizado, diretamente relacionado às experiências que poderão ser vivenciadas em sua futura atuação profissional. O conhecimento é construído em torno desses problemas, e não de disciplinas isoladas, o que favorece a interdisciplinaridade e a integração de saberes.

Essa abordagem metodológica promove o desenvolvimento de competências essenciais, como pensamento crítico e analítico, comunicação, cooperação e

capacidade e avaliação. Ao mesmo tempo, aproxima as pessoas candidatas da realidade profissional, preparando-as para lidar com desafios complexos e multifacetados, característicos da Administração Pública.

No Laboratório de Casos, as pessoas candidatas serão divididas aleatoriamente em grupos, compostos por participantes de diferentes turmas do curso. Essa estratégia busca promover a integração entre as pessoas candidatas, estimular a capacidade de diálogo e desenvolver competências de trabalho em equipe. Da mesma forma, os casos serão atribuídos aleatoriamente a cada grupo, garantindo diversidade de experiências e evitando a repetição de padrões de resolução.

A dinâmica de trabalho seguirá cinco fases principais:

- **Planejamento:** organização inicial do grupo e definição de estratégias de estudo;
- **Preparação:** levantamento de informações e construção de hipóteses;
- **Produção:** elaboração das soluções e propostas para o problema;

- **Apresentação:** socialização dos resultados e discussão coletiva;
- **Avaliação:** reflexão crítica sobre o processo e os resultados alcançados.

Assim, o Laboratório de Casos se consolida como um espaço pedagógico inovador, que valoriza a aprendizagem ativa, a interdisciplinaridade e a formação integral das pessoas candidatas, em consonância com as demandas contemporâneas da sociedade.



7. METODOLOGIAS DE ENSINO

As estratégias de ensino, adotadas no âmbito das disciplinas, deverão ser centradas no corpo discente. Para isso, os docentes deverão considerar práticas que possibilitem a participação e o protagonismo do corpo discente. Além disso, é importante conectar a teoria à prática. Assim, listam-se a seguir algumas estratégias possíveis:

- **Aulas dialogadas** - recurso didático que se manifesta pela exposição de conteúdo articulada ao envolvimento e **protagonismo do corpo discente** de modo continuado e efetivo, cabendo ao docente um papel de coordenar a condução das discussões, reflexões e questionamentos referente ao conteúdo da disciplina.
- **Estudos de caso** - estratégia que pode narrar um problema ou uma situação e possibilitar aos participantes a melhoria de práticas e processos, exercitando a tomada de decisão e o pensamento analítico, bem como possibilitando a troca de experiências. Os casos podem ser elaborados pelos docentes ou pesquisados em sites e canais com informações relacionadas à temática do curso/tema central da aula.
- **Trabalhos em grupo** - o trabalho em grupo possui um papel essencial na cocriação e no desenvolvimento de competência de trabalho em equipe, bem como na solução de questões e

problemas. Porém, para que seja de fato efetivo e construtivo, o trabalho em grupo deve seguir métodos e processos pedagógicos que permitam a participação de todos e a centralidade do corpo discente:

- **Roda de conversa:** é considerado o método mais “básico”, mas muito eficiente. Por meio da organização do grupo em uma roda, de maneira que todos os participantes possam se enxergar, um mediador responsável propõe ser relator dos assuntos discutidos no grupo **Open Space**, bastante utilizado quando é preciso mediar e discutir questões com grupos grandes e diversos. Por meio da criação de um “espaço aberto” (*open space*), os próprios participantes propõem e se responsabilizam pelos temas a serem abordados. Por seu caráter mais “livre” e focado na auto-organização dos participantes, o *open space* só tem uma regra clara, a chamada “lei dos dois pés”, que diz: “se você está em um lugar onde não esteja nem contribuindo, nem aprendendo, use os seus dois pés e vá para outro lugar”.
- **World Café:** é um modelo de conversação que promove diálogos construtivos por meio do acesso à inteligência coletiva, criação e troca de

conhecimentos. Para realizá-lo, é necessário organizar mesas redondas em um espaço, com 4 a 5 cadeiras cada uma. Em cada mesa são colocadas canetas coloridas. O grupo, então, é dividido em subgrupos, que se sentam nas mesas e discutem sobre um tema/pergunta definida por um mediador. As ideias e conclusões são anotadas e, após 20-30 minutos, os participantes da mesa, exceto um, mudam para diferentes mesas. A pessoa que permaneceu na mesa tem a tarefa de apresentar as conclusões anotadas aos novos companheiros e buscar saber o que foi compartilhado nas demais mesas. As novas discussões geradas são também anotadas, gerando uma ampla troca de conhecimentos. Passado o tempo, uma nova rodada é iniciada. Esse método é excelente para criar sinergia e comprometimento em todo o grupo.

- **Seminário/palestra** - estratégia que permite a exposição de um tema, utilizando, se necessário, recursos audiovisuais, seguida de diálogo sobre a temática exposta.



8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação está estruturada em duas perspectivas: a avaliação de aprendizagem e a avaliação institucional, de acordo com os elementos apresentados a seguir.

8.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação de aprendizagem será aplicada ao final de cada eixo, com questões transversais considerando os conteúdos e competências desenvolvidas ao longo de todas as disciplinas do eixo, por meio de uma prova escrita dissertativa interdisciplinar individual. As condições da avaliação e critérios de correção estão definidas no regulamento do curso.

8.2 Avaliação institucional do curso

A avaliação institucional do curso será conduzida pelos seguintes instrumentos:

- **Avaliação de reação** - trata-se de um instrumento que tem por objetivo avaliar as formações oferecidas pela Enap, permitindo, assim, que o participante possa mensurar a formação em seus diferentes aspectos, além de poder verificar os resultados alcançados, bem como as demandas para as próximas ações da Escola. Será aplicada por disciplina para avaliar o nível de satisfação com relação à disciplina específica, bem como ao

final do curso com um instrumento mais abrangente com fatores mais gerais com relação ao curso.

- **Avaliação de resultado** - trata-se de um método de avaliação baseado na comparação entre os resultados previstos e realizados. Por meio da avaliação de resultados é possível identificar se a formação oferecida pela organização está alinhada às competências específicas do curso.

A avaliação no contexto de aprendizagem deve estar vinculada aos objetivos de aprendizagem do curso, e a avaliação da ação formativa deve estar vinculada à garantia da eficiência e eficácia do sistema de avaliação, buscando como resultado final a excelência do processo ensino-aprendizagem.



9. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

O curso de formação inicial será reconhecido como pós-graduação *latu sensu*, conferindo o título de Especialista em **Políticas Públicas e Gestão Governamental**.

- Nome do curso: Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental .
- Certificação conferida: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- Modalidade: Presencial.
- Duração: 4,5 meses.
- Área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.
- Período letivo: 21 de janeiro a 26 de maio de 2026.

Para obtenção do título, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, conforme Regulamento da Formação Inicial:

- I. Frequência mínima de 75% da carga horária total prevista.
- II. Avaliação satisfatória no desempenho em cada Eixo Temático do curso com nota mínima 6,0 (seis) pontos.
- III. Aprovação no curso com nota mínima 7,0 (sete) pontos.

10. INFRAESTRUTURA

As aulas serão realizadas na modalidade presencial na Enap, campus Asa Sul, localizado no SPO - Asa Sul - Brasília, DF.

Para apoiar as atividades de ensino, melhorar o engajamento e otimizar as atividades, serão utilizadas ferramentas colaborativas digitais.

11. PERÍODO DE REALIZAÇÃO E JORNADA DE ATIVIDADES

O início das aulas está previsto para o dia 21 de janeiro e seu término para o dia 26 de maio de 2026.

As atividades ocorrerão na modalidade presencial na Enap sendo garantido duas horas de intervalo para almoço. Na jornada de atividades também são reservadas duas horas diárias para estudo e preparação para as aulas e provas. Os horários das atividades em sala de aula serão divulgados no sítio eletrônico da Enap.



12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFECTO, Romeu; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; GITAHY, Raquel Rosan Christino. **A aprendizagem baseada em problemas e a internet de todas as coisas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

CAMPANI, A.; SILVA, R. M. G. da; PARENTE, P. M, M. Inovação pedagógica na Universidade. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**. Dourados/MS. v.8. n.22. p.18-34, jan./abr 2018.

CARBONEL, P. P. **Gestão por competência e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COOL, César; MONEREO, Carles *et. al.*. **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e Comunicação**. Porto Alegre, RS; Artmed, 2010.

EUROPEIA, Comissão. Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida. **Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias**, 2000.

CUNHA, Maria Isabel. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. São Paulo, SP, **Cadernos Pedagogia Universitária**, USP, 2008.

DELORS, Jacques (org.). **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação: subsídios para o estudo da inovação**. São Paulo: Cultrix, 1973.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003

MASSETO, Marcos T. *et.al.* Inovação curricular no Ensino Superior: entrevista com Marcos Tarciso Masetto. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 203-210, jan./jun. 2017.

PERRENOUD, P. L' Approche par compétences durant la scolarité obligatoire: effet de mode ou réponse décisive à l'échec scolaire? In: PERRENOUD, P. **Construire des compétences dès l'école Paris**, ESF, 1997. p.93-110. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/textes.html. Acesso em: 11 abr. 2003.

RODRIGUES, M. M. A noção de Educação ao longo da vida como eixo orientador das políticas de educação para jovens e adultos. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 1-18, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/242.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

RODRIGUES, Marilda Merênci. Matrizes e repercussões da educação ao longo da vida como política educacional. In: EVANGELISTA, Olinda. (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014. v. 1, p. 203-243.



SILVA, Marco. Que é interatividade?". **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, mai./ago. 1998.

TAVARES, Rosilene Horta. **Didática Geral**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, 2003, p. 267-281. Doi: 10.1590/S0101-32622003006100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cH67BM9yWB8tPfxjVz6cKSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Ilma P. A. Veiga (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível/Campinas, SP: Papirus, 1995.

CAMPANI, A.; SILVA, R. M. G. da; PARENTE, P. M. M. Inovação pedagógica na Universidade. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**. Dourados/MS. v.8. n.22. p.18-34, jan./abr 2018.

CARBONEL, P. P. **Gestão por competência e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CUNHA, Maria Isabel. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. São Paulo, SP, **Cadernos Pedagogia Universitária**, USP, 2008.

DELORS, Jacques (org.). **Educação**: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

EUROPEIA, Comissão. Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida. **Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias**, 2000.

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação**: subsídios para o estudo da inovação. São Paulo: Cultrix, 1973.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MASSETO, Marcos T. [et.al.](#) Inovação curricular no Ensino Superior: entrevista com Marcos Tarciso Masetto. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 203-210, jan./jun. 2017.

MAZUR, Eric. **Peer Instruction**: a revolução da aprendizagem ativa. Tradução de Carlos Barcelos. São Paulo: Editora Blucher, 2015.

MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian; MORAN; TREVISANI, Fernanda (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

PERRENOUD, P. L' Approche par compétences durant la scolarité obligatoire: effet de mode ou réponse décisive à l'échec scolaire? In: PERRENOUD, P. **Construire des compétences dès l'école Paris**, ESF, 1997. p.93-110. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/textes.html. Acesso em: 11 abr. 2003.

RIBEIRO, Roberto Portes. **Aprendizagem baseada em problemas no ensino de simulação aplicada à Administração**. 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.



RIBEIRO, R. P; VIANA, A. B. N. Estruturação do PBL para aplicação em disciplinas do curso de graduação em Administração. **Revista de Graduação USP**, v. 3, n. 1, p. 39-47, 2018.

RODRIGUES, M. M. A noção de Educação ao longo da vida como eixo orientador das políticas de educação para jovens e adultos. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 1-18, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/242.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

RODRIGUES, Marilda Merênci. Matrizes e repercussões da educação ao longo da vida como política educacional. In: EVANGELISTA, Olinda. (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014. v. 1, p. 203-243.

SILVA, Marco. Que é interatividade?". **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, mai./ago. 1998.

TAVARES, Rosilene Horta. **Didática Geral**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, 2003, p. 267-281. Doi: 10.1590/S0101-32622003006100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CH67BM9yWB8tPfxjVz6cKSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Ilma P. A. Veiga (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível/Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ENAP. **Competências transversais de um setor público de alto desempenho**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5663>.

ENAP. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024)**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6481>.

Legislação da carreira de EPPGG

Lei

- **Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989 - Criação da carreira.**
- **Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998**
- **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998** - Cessão de servidores para Organizações Sociais (Art. 22)
- **Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 - Composição remuneratória da carreira.**
- **Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Cessão de servidores para Serviço Social Autônomo (Art. 57)**
- **Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004 - Regulamentação da carreira.**
- **Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021 - Cessões, requisições e alterações de exercício para composição da força de trabalho.**



- **Decreto nº 12.102, Art. 16, inciso V, de 8 de julho de 2024** - Estrutura do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), atribuindo à Seges a supervisão da carreira.

Portaria

- **Portaria Seges nº 73, de 18 de agosto de 2006 - Programa Permanente de Aperfeiçoamento para fins de Promoção (Propeg).**
- **Portaria nº 2.074**, de 9 de março de 2018 - Regimento do Comitê Consultivo da Carreira.
- **Portaria Seges/MGI nº 4.911**, de 30 de agosto de 2023 - Regras gerais para o afastamento para pós-graduação dos servidores das carreiras de Analista de Infraestrutura e Especialista em Infraestrutura Sênior (AIE/EIS) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG).
- **Portaria Seges/MGI nº 4.917, de 30 de agosto de 2023 - Regras para participar do Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) no ano de 2024 para carreira de EPPGG.**
- **Portaria Seges/MGI nº 5.591, de 28 de setembro de 2023 - Estabelece regras para definir a unidade de exercício e gerir a mobilidade** da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG.

Fonte: Geral — Portal do Servidor

<https://www.gov.br/servidor/pt-br/acesso-a-informacao/servidor/carreiras/eppgg/legislacao-1/geral>





MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

